GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 239/1983 de 20 de Dezembro

Na prossecução da política de habitação definida pelo Governo, a Região Autónoma dos Açores tem vindo a adquirir glebas de terreno que depois de urbanizadas, se destinam à sua cedência em posse plena, em condições de preço que não ultrapasse nunca os custos reais do terreno e das respectivas infra-estruturas, para empreendimentos relativos a habitação social e à auto-construção de habitação própria.

No uso da faculdade de administrar e dispor do património regional que lhe é conferida pelo artigo 440, alínea g), do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo resolve:

1) — Autorizar as Secretarias Regionais das Finanças e do Equipamento Social a proceder à cedência em propriedade plena, segundo as normas constantes da Resolução n.º 54/81 e 138/83, aos interessados em construir habitação própria, em regime de auto-construção, de todos ou de alguns dos lotes que integram os seguintes terrenos, pertencentes à Região:

- a) — Prédio rústico situado na Avenida Mousinho de Albuquerque, freguesia e concelho de Santa Cruz da Graciosa, com área de 484 m², inscrito na Matriz Predial rústica sob o artigo 7236, faz parte do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz da (Graciosa sob o n.º 9042, a folhas 67 verso do livro B 25;
- b) — Prédio rústico, situado a nascente do prédio mencionado na alínea a) com a área de 1943 m² inscrito na matriz Predial rústica da freguesia de Santa Cruz da Graciosa, sob o artigo 4866, faz parte do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz da Graciosa sob o n.º 9042, a fls. 67 verso do livro B 25;
- c) — Prédio rústico com a área de 1405 m² situado no novo arruamento entre a Avenida Mousinho de Albuquerque e a Rua do Arrabalde, freguesia e concelho de Santa Cruz da Graciosa, faz parte da inscrição da Matriz Predial Rústica n.º 4867 e está omissa na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz da Graciosa.

2) — Que a cessão de cada um dos lotes do terreno a que se refere o n.º anterior será autorizada por despacho conjunto dos Secretários Regionais das Finanças e do Equipamento Social, escolhidos que sejam os cessionários de acordo com as regras constantes da citada Resolução n.º 54/81 e da Portaria n.º 30/81, publicada no Jornal Oficial de 14 de Julho de 1981.

3) — Do despacho previsto no número anterior constarão obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) — Identificação do cessionário;
- b) — Descrição do lote a ceder;
- c) — Fixação do preço base do lote e da respectiva percentagem a pagar pelo cessionário, nos termos do n.º 12 da citada Resolução n.º 54/81;
- d) — Indicação da entidade ou funcionário que outorgará em representação da Região Autónoma dos Açores, na escritura de cessão;

4) — Que o modelo geral da minuta das escrituras de cessão será elaborado pelos serviços competentes da Secretaria Regional das Finanças.

Aprovada em Conselho, em 20 de Dezembro de 1983. — O Presidente do Governo Regional, *João Bosco Mota Amaral*.